



Revista de Administração de Empresas

ISSN: 0034-7590

ISSN: 2178-938X

Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo

RIGO, ARIÁDNE SCALFONI
COMUNIDADE ACADÊMICA, PRODUTIVISMO E AVALIAÇÃO POR PARES
Revista de Administração de Empresas, vol. 57, núm. 5, 2017, Setembro-Outubro, pp. 510-514
Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo

DOI: 10.1590/S0034-759020170508

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155154581008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

PERSPECTIVAS

Artigo convidado

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020170508>

COMUNIDADE ACADÊMICA, PRODUTIVISMO E AVALIAÇÃO POR PARES

Em *O Mal-estar da civilização*, Freud justifica a existência da civilização ou comunidade como uma forma de submeter o indivíduo a normas e regras – sem as quais estaríamos sujeitos a incorrer em transgressões – que são vistas como naturais e parte da condição humana (Freud, 2010). Na perspectiva freudiana, a civilização, criada para nos proteger e compensar nossas limitações individuais é, ao mesmo tempo, fonte de segurança e de sofrimento (Trein & Rodrigues, 2011).

Refletindo sobre um pretenso paralelo, a “civilização científica” e suas inúmeras comunidades acadêmicas estão carregadas de leis, normas e códigos que orientam o comportamento daqueles que a integram. Em nome do desenvolvimento do conhecimento científico, as ações dos pesquisadores são orientadas de modo a impedir a má conduta científica por parte de cada um. Na nossa restrita comunidade acadêmica brasileira de Administração, não é diferente. Seus membros a constroem e reconstróem visando, entre outras coisas, orientar a pesquisa e sua popularização como componentes dos programas de pós-graduação das universidades de todo o país. Sendo assim, pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação estão construindo as “regras do jogo” dentro da comunidade científica, ao mesmo tempo que a elas estão sujeitos. De baixo para cima ou de cima para baixo, as regras se instituem nas instâncias superiores e passam a fazer parte das preocupações tanto de pesquisadores quanto de programas de pós-graduação e Universidades.

Desde que me tornei parte desta “civilização acadêmica”, ouço falar, leio a respeito, participo de debates e converso sobre o assunto. Há sempre ideias novas surgindo, novas medidas de desempenho sendo propostas, críticas que se calam diante das métricas e, inclusive, desempenhos que as ultrapassam em muito. Em meio a esse debate, manifestações de resistência, indignação, concordância e apatia estão lado a lado promovendo mudanças mais incrementais do que revolucionárias e, em grande medida, associadas ao que comumente chamamos de “produtivismo acadêmico”. Internacionalmente a máxima *publish or perish* (publique ou pereça) traduz bem o que há por trás dessa ideia. De modo simples, o produtivismo acadêmico diz respeito à produção acelerada do conhecimento, principalmente sob a forma de artigos científicos, levando pesquisadores a otimizarem seu tempo, esforço e dados de pesquisa. A “produção em série” de artigos por pesquisadores e grupos de pesquisa resulta em trabalhos cada vez mais repetitivos, uma vez que teorias e dados são reaproveitados na composição de peças diferentes. Alguns estudiosos chamam a atenção para os aspectos institucionais que passam a ser fraudados porque o pesquisador é avaliado pela quantidade de trabalhos publicados, projetos financiados e teses orientadas, sem que se considere a relevância do que vem sendo produzido por eles (Trein & Rodrigues, 2011; Freitas, 2011).

Nuances e consequências do que podemos entender como “política” do produtivismo acadêmico são alvos constantes de discussão na academia brasileira de Administração (Freitas, 2011,

ARIÁDNE SCALFONI RIGO
ariadnescaltoni@gmail.com
Professora da Universidade
Federal da Bahia, Escola de
Administração – Salvador – BA,
Brasil

2007). Consequências como a produção em massa de trabalhos de qualidade duvidosa (Freitas, 2011), erros de conduta de autores como plágio e autoplágio, erros de conduta de avaliadores como pareceres vagos e descorteses (Gondim, 2004) acarretam efeitos perversos sobre a saúde e a psique dos pesquisadores pressionados; conflitos e rivalidades entre colegas de trabalho (Rego, 2014) são comumente debatidos pelos atores envolvidos.

Neste texto, busco levantar algumas inquietações sobre uma provável consequência do produtivismo acadêmico no âmbito dos processos editoriais das revistas científicas brasileiras da área de Administração. Parto da premissa (e do fato) de que uma parcela importante da comunidade científica de Administração no Brasil, no mínimo, se incomoda com ele. No entanto, enquanto a situação não muda, seus membros seguem jogando as “regras do jogo”; a maioria descontente, alguns provocadores e outros ainda “cegos”. Independentemente da postura de cada pesquisador, o fato é que a ação de produzir artigos para alcançar as metas estabelecidas pelas regulamentações da nossa comunidade científica produz efeitos diretos nos processos editoriais internos às nossas revistas científicas, ou seja, sobre nós mesmos, uma vez que somos partes dele.

É neste âmbito internamente situado que levanto algumas reflexões sobre as condutas e relações produzidas entre avaliadores e autores (ora aqui denominados de avaliados) nos processos de revisão por pares dos periódicos. O intuito é modesto: chamar a atenção para efeitos negativos que tornam nossa vida acadêmica mais angustiante.

Para não parecer mais ousadia do que propriedade, importa esclarecer que apresento minhas inquietações tendo como base minha ainda curta experiência como autora e avaliadora em periódicos e congressos. Reflito também apoiando-me em minha experiência nas equipes executivas de dois periódicos nacionais: os *Cadernos de Gestão Social (CGS)*, revista na qual atuo desde 2011; e *Organizações & Sociedade (O&S)*, na qual sou editora desde 2014. Criado em 2007 pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA), os CGS têm seu escopo limitado a publicações voltadas para as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento de territórios e das organizações do terceiro setor. É um periódico que, a duras penas, continua oferecendo espaço para publicação de artigos, casos de ensino, pensatas e relatos de experiências notadamente de jovens pesquisadores iniciando suas carreiras acadêmicas. Por ainda não ter alcançado um patamar Qualis interessante sob a perspectiva da avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem recebido pequeno número de

artigos por ano (em torno de 50 trabalhos). Por seu turno, a Revista O&S completa seus 25 anos em 2018. Criada em 1993 na mesma escola e universidade, é reconhecida nacionalmente pela qualidade e singularidade dos trabalhos publicados, voltados para perspectivas críticas e heterodoxas em relação ao *mainstream* da Administração no Brasil. A O&S recebe mais de 300 artigos por ano, o que significa um trabalho cotidiano, árduo e cauteloso da equipe editorial e de todos os envolvidos.

Os processos de revisão por pares na maioria dos periódicos nacionais e internacionais são do tipo cego (*blind peer-review*, como internacionalmente denominado). Como sabemos, este processo consiste em submeter um trabalho científico para que seja avaliado por pares, ou seja, especialistas que possuem, no mínimo, a mesma competência do autor do texto em avaliação. Durante todo esse processo de avaliação, autores e avaliadores permanecem anônimos e apenas o editor (ou editores) conhece autores e avaliadores para arbitrar o diálogo que se estabelece entre eles, geralmente por meio de pareceres e mensagens. O anonimato nesse processo é visto como fundamental para minimizar vieses nas avaliações e oferecer maior credibilidade ao periódico. De modo mais amplo, o intuito é minimizar os denominados erros de conduta, notadamente por parte do avaliador, durante todo o processo de revisão (Clair, 2015; Gondim, 2004).

Embora pareçam claros a intenção e os benefícios dos processos de revisão do tipo cego, por que erros de conduta ou atitudes antiéticas ainda assim acontecem frequentemente ao longo deles? Qualquer editor, “onipresente” e alvo das queixas vindas de ambos os lados – avaliador e avaliado – pode reconhecer que apenas o anonimato não é capaz de garantir imparcialidade.

De acordo com Clair (2015), o sistema de revisão por pares acaba “[...] encorajando erros de conduta científica porque gera sentimentos como o cinismo sobre a legitimidade do próprio sistema *peer-review* influenciando no sentimento de desobrigação para respeitar as normas aceitas dentro da comunidade científica” (p. 159). Ou seja, vivenciar um processo frustrante de revisão devido a erros de conduta influencia diretamente a ocorrência dos mesmos erros no futuro por parte dos atores envolvidos. Erros de conduta podem ser entendidos como violações das regras e normas estabelecidas pelas comunidades científicas, direta e indiretamente, que vão desde formas mais graves, como, por exemplo, o plágio, até formas mais sutis como a ironia na forma de apresentar um parecer de avaliação. Tais erros de conduta, quando percebidos, originam sentimento de injustiça no processo de revisão, colocando em questão a legitimidade não apenas do processo, mas do periódico.

Sendo assim, relações estabelecidas entre avaliadores e avaliados durante o processo de revisão por pares são permeadas de nuances, capturadas (ou não) pelo editor, que podem gerar em angústia e ansiedade a experiência de ter um artigo avaliado (e talvez publicado) em um periódico. Obviamente essa fonte de angústia intensifica-se na medida em que as regras institucionais da comunidade científica exercem pressão para que seus membros publiquem.

O PODER DO AVALIADOR BLINDADO E O AVALIADO BLIND

Os avaliadores no processo de revisão por pares são “escolhidos a dedo”. Os editores consideram sua *expertise*, suas publicações sobre o assunto, a experiência como autores (pois significa já terem sido avaliados) e a presteza no envio dos pareceres. No entanto, as heterogeneidades individuais e as pressões cotidianas influenciam no modo de avaliação de cada um.

No processo de revisão por pares, o avaliador torna-se “poderoso”, pois a ele foi designada a tarefa de construir um parecer sobre o trabalho que guiará a tomada de decisão do editor. Seu poder de convencimento pode tanto levar o editor a rejeitar o trabalho impiedosamente, como aprová-lo imediatamente. No entanto, na maior parte das vezes, os pareceres são construídos de modo a oferecer “salvação” ao trabalho, levando a uma decisão mais cautelosa de prosseguir com ele a futuras rodadas de avaliação até alcançar o que o avaliador entenda como adequado ou pronto para publicação.

O fato é que todos os atores do processo de revisão por pares esperam tratamento imparcial, justo e cordial. No entanto, quando isso não acontece, por uma ou outra razão, sentimento de injustiça e queixas interrompem o processo, levando o editor a tomar decisões que, invariavelmente, desagradam uma das partes.

A imparcialidade é fundamentalmente garantida pela trajetória idônea do periódico e pelo anonimato do processo, como vimos. Para Clair (2015), ela é uma fonte de justiça em sistemas meritocráticos por oferecer objetividade nas tomadas de decisão. Num sistema de revisão não cega, os vieses provocados pelo fato de o avaliador identificar e reconhecer a autoria do trabalho resultariam em pareceres menos objetivos e permeados de julgamentos mais sobre o autor do que sobre o trabalho em análise. Aspectos como *status*, gênero, afiliação institucional, diferenças ideológicas e outros fariam parte do julgamento do avaliador.

Embora reconheçamos que o processo de revisão cega minimize erros de julgamento, o fato é que o avaliador permanece anônimo para o autor que se sente injustiçado. Suas queixas,

quando verbalizadas, são absorvidas pelo editor, que, por sua vez, tende a proteger seu avaliador porque sabe que o seu trabalho voluntário e especializado é fundamental para o periódico. Sendo assim, o avaliador é duplamente blindado.

No entanto, a imparcialidade do sistema do tipo cego de revisão por pares não pode ser garantida apenas pelo anonimato da autoria do artigo em avaliação. Até porque, como sabemos, hoje a autoria de um artigo submetido a um periódico pode ser identificável de forma relativamente simples, principalmente se o trabalho foi previamente publicado em um congresso qualquer que disponibiliza na internet os textos aprovados. Além disso, trabalhos que são, em parte, resultado de grupos de pesquisa com trajetórias consolidadas de publicações sobre determinado assunto em periódicos de acesso livre também oferecem indícios seguros sobre a autoria de um texto em avaliação. Ora, o avaliador curioso lança mão das ferramentas de busca na internet e, *voilà*, eis os autores! Quando isso acontece, o editor depende exclusivamente da boa conduta do avaliador em informar que não se sente mais confortável para avaliar o trabalho a ele designado.

O sentimento de justiça ou de injustiça por parte do avaliado tipicamente decorre do resultado objetivo da avaliação – o parecer. Pareceres inconsistentes despertam sentimento de injustiça no sistema de revisão por pares (Clair, 2015).

[...] a assimetria entre avaliador e avaliado se torna flagrante e o ato de avaliar se torna apenas um instrumento de poder, quando um parecer não aponta caminhos de correção e de preenchimento das lacunas daquilo que foi submetido à avaliação. (Gondim, 2004, p. 198).

Quando o avaliador constrói pareceres vagos usando expressões imprecisas e que não contribuem para a melhoria do texto, ele compreende o autor como um “mero convertido” que apenas aceita suas críticas sem questionar sua autoridade (Gondim, 2004). Autoridade esta que, diga-se de passagem, o avaliado não conhece. Sendo assim, decisões editoriais baseadas em pareceres frágeis, rasos ou sem clareza não apenas despertam o sentimento de injustiça, mas põem em xeque o processo de revisão, a *expertise* do avaliador e a legitimidade do periódico.

A cordialidade é outra característica que se espera de todas as partes e durante todo o processo de revisão por pares. A forma como o avaliador se dirige aos autores no seu parecer é determinante para despertar tanto satisfação e respeito, quanto o sentimento de injustiça e desrespeito ao processo. Para Clair (2015), o desrespeito e a descortesia com que muitos pareceres são redigidos e apresentados aos autores tornam-se

fonte importante de sentimento de injustiça e levam, inclusive, a erros de conduta futuros por parte dos autores. Sem dúvida, a ausência de cordialidade associada, na maioria das vezes, com formas indiretas e disfarçadas de ironia e desdém gera desconforto ao longo do processo de revisão, tornando-o mais tenso e angustiante do que deveria ser.

O avaliado, por sua vez, torna-se a parte frágil e julgada no processo e depende do parecer esperançoso do avaliador (e do editor) para publicar seu trabalho. A necessidade de atingir a pontuação ou as medidas de desempenho estipuladas pelas regras da comunidade científica é um fator de angústia e ansiedade para os autores.

Do lado do autor avaliado, Clair (2015) chama a atenção para o aspecto denominado voz autoral (*authorial voice*), ou seja, quando todos os atores do processo de revisão se sentem confortáveis para expressar suas opiniões uns com os outros sobre o manuscrito em avaliação. No entanto, a parte mais frequentemente silenciada é o avaliado que tem seu trabalho direcionado por pares desconhecidos. A meu ver, o silêncio do avaliado decorre menos da ausência de espaço para questionar e mais pela pressão por publicar, o que o leva a aceitar todas as críticas para acelerar o processo de revisão e a consequente decisão do editor. O autor, nesse processo, é duplamente acuado pelo parecer descortês e pela necessidade de pontuar. Além disso, o avaliado é, de fato, a parte cega do sistema de revisão por pares, tendo em vista que dificilmente saberá quem avaliou ou está avaliando seu trabalho.

No entanto, embora a grande maioria dos artigos submetidos seja rejeitada no início ou no final do processo de avaliação, em alguns casos os autores avaliados demonstram certo despreparo para enfrentar um parecer negativo (Gondim, 2004), ainda que cordial. A dificuldade de autocritica e os descuidos ao submeter um artigo para um periódico como, por exemplo, não atentar para o seu escopo, para a política editorial e a qualidade dos trabalhos nele publicados – talvez em especial para pesquisadores jovens e em início de carreira (Falaster, Ferreira, & Canela, 2016) – geram pareceres de rejeição, causando notável frustração com o processo e com o periódico.

Outra fonte de angústia e ansiedade para os autores diz respeito aos longos prazos tipicamente gastos desde a submissão de um artigo até sua publicação. De acordo com Clair (2015), a falta de presteza é vista como um grande problema também em *journals* internacionais. Queixas em relação a demora no sistema de revisão por pares são comuns e contribuem para o sentimento de injustiça ao longo do processo.

Embora não seja comum, a falta de presteza leva autores a desistirem da submissão ao longo do processo de revisão por

pares. Este é, a meu ver, o nó fundamental deste sistema de revisão. Uma vez que a avaliação em periódicos nacionais ocorre de maneira gratuita, os editores dependem sobremaneira do interesse, disponibilidade e presteza dos avaliadores para que possam manter e acelerar os processos de publicação.

AMBOS SOMOS UM: POR UM PROCESSO IMPARCIAL, JUSTO E CORDIAL

O sistema de revisão por pares desempenha um papel fundamental nas carreiras acadêmicas. Quando o processo ocorre de forma imparcial, justa e cordial, os autores se sentem confortáveis em expressar sua opinião sobre as avaliações e sobre as decisões editoriais e os avaliadores envolvidos se sentem mais desejosos em cooperar.

Ambos somos um – avaliador e avaliado. Ao mesmo tempo que executa o trabalho de avaliação, o avaliador tem o seu próprio artigo sendo avaliado por algum colega em outro periódico ou, por vezes, no mesmo. Diante disso, parece simples resolver as fragilidades do sistema de revisão por pares: bastaria todos nos colocarmos no lugar do outro durante os processos de revisão dos quais participamos. Atitudes generalizadas desse tipo contribuiriam, no mínimo, para garantir mais legitimidade ao sistema de revisão e, ainda, reforçariam atitudes como imparcialidade, transparência e cordialidade, capazes de gerar e consolidar a confiança dentro da comunidade científica.

Não podemos, claro, ignorar as tensões e conflitos que sempre existirão nas comunidades científicas em geral e nos processos de revisão por pares em particular. Porém, todos estamos envolvidos neles, em maior ou menor grau nos sentimos pressionados pelas metas fixadas e, consequentemente, por nossos respectivos programas de pós-graduação. Todos seguem construindo e consolidando a “civilização” que é a comunidade científica e que nos oferece certa sensação de segurança e, simultaneamente, de angústia, uma vez que estamos todos submetidos às mesmas pressões para publicar.

Então, o que se pode fazer enquanto as regras não mudam? Aliás, retomando a noção de comunidade em Freud (2010), o que fazer enquanto nós não mudamos as nossas próprias regras? Como dito, a política *publish or perish*, criada por nós mesmos, influencia nossa conduta nos processos de revisão por pares. Acredito que, se tentarmos conduzir o trabalho de forma mais imparcial, justa e cordial, conseguiremos aliviar a pressão e as angústias de um sistema de avaliação sob o qual, ainda, estamos submetidos.

REFERÊNCIAS

- Clair, J. A. (2015). Procedural injustice in the system blind peer review and scientific misconduct. *Academy of Management Learning & Education*, 14(2), 159-172.
- Falaster, C., Ferreira, M. P. & Canela, R. (2016). Motivos de rejeição dos artigos nos periódicos de administração. *Organizações e Sociedade*, 23(77), 285-306. doi: 10.1590/1984-9230776.
- Freitas, M. E. (2007). A carne e os ossos do ofício acadêmico. *Organizações e Sociedade*, 14(42), 187-191.
- Freitas, M. E. (2011). Pesquisador hoje: Entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(4), 1158-1163. doi: 10.1590/S1679-39512011000400013
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Gondim, S. (2004). A face oculta do parecerista: Discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. *Organizações e Sociedade*, 11(31), 195-199.
- Rego, T. C. (2014). Productivism, research and scholarly communication: Between poison and medicine. *Educação e Pesquisa*, 40(2), 325-346.
- Trein, E., & Rodrigues, J. (2011). O canto de sereia do produtivismo científico: O mal-estar na Academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Universidade e Sociedade*, 20(47), 122-132.